



Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1072/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989 , que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 , que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	CAPÍTULO I
	DISPOSIÇÕES GERAIS
	Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários.
	CAPÍTULO II
	DA ALTERAÇÃO NA FORMA DE CÁLCULO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989	Art. 2º A Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º Constitui fato gerador da Taxa o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	"Art. 2º
	Parágrafo único. A Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências, poderá editar atos normativos para disciplinar a aplicabilidade das taxas de fiscalização previstas nesta Lei." (NR)
Art. 3º São contribuintes da Taxa as pessoas naturais e jurídicas que integram o sistema de distribuição de valores mobiliários, as companhias abertas, os fundos e sociedades de investimentos, os administradores de carteira e depósitos de valores mobiliários, os auditores independentes, os consultores e analistas de valores mobiliários e as sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais obrigadas a registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (art. 9º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e art. 2º do Decreto-Lei nº 2.298, de 21 de novembro de 1986).	"Art. 3º São contribuintes da Taxa:
	I - as pessoas naturais e jurídicas que integram o sistema de distribuição de valores mobiliários;
	II - as companhias abertas nacionais e as companhias estrangeiras sujeitas a registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
	III - as companhias securitizadoras;
	IV - os fundos [^] de investimento, independentemente dos ativos que componham sua carteira;
	V - os administradores de carteira [^] de valores mobiliários;
	VI - os auditores independentes sujeitos a registro na CVM;
	VII - os agentes autônomos de investimento;
	VIII - os analistas e os consultores de valores mobiliários;
	IX - as sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais registradas na [^] CVM [^] ;
	X - as entidades administradoras de mercados organizados de valores mobiliários;



Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1072/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	XI - as centrais depositárias de valores mobiliários e as demais instituições operadoras de infraestruturas de mercado;
	XII - as plataformas eletrônicas de investimento coletivo e as pessoas jurídicas, com sede no País ou no exterior, participantes de ambiente regulatório experimentais no âmbito da CVM;
	XIII - o investidor, individual ou coletivo, pessoa natural ou jurídica, fundo ou outra entidade de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior, registrado na CVM como titular de conta própria ou de carteira coletiva;
	XIV - as agências de classificação de risco;
	XV - os agentes fiduciários;
	XVI - os prestadores de serviços de escrituração e custódia de valores mobiliários; e
	XVII - os emissores de valores mobiliários dispensados ou não de registro na CVM, inclusive os emissores de certificados de depósito de valores mobiliários.
Parágrafo único. São isentos do pagamento da Taxa os analistas de valores mobiliários não sujeitos a registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	§ 1º Os analistas de valores mobiliários não sujeitos a registro na CVM são isentos do pagamento da Taxa.
	§ 2º O representante legal, registrado na CVM, dos contribuintes que tenham sede, residência ou domicílio no exterior é responsável pelo recolhimento da Taxa." (NR)
Art. 4º A Taxa é devida:	"Art. 4º
I - trimestralmente, de acordo com os valores expressos em Bônus do Tesouro Nacional - BTN, nos casos especificados nas Tabelas A, B e C;	I - anualmente e paga integralmente com relação a todo o ano a que se refere, de acordo com os valores expressos em real e estabelecidos nos Anexos I, II e III, inadmitido o pagamento pro rata;
II - por ocasião do registro, de acordo a alíquota correspondente, incidente sobre o valor da operação, nos casos da Tabela D.	II - por ocasião da realização de oferta pública de valores mobiliários, incluídas as hipóteses de dispensa de registro pela CVM, com incidência sobre o valor da operação, conforme estabelecido no Anexo IV; e
	III - por ocasião do pedido de registro inicial como participante do mercado de valores mobiliários, conforme o disposto nesta Lei, ou da emissão de ato autorizativo equivalente, na hipótese prevista no Anexo V, inadmitido o pagamento pro rata e com pagamento integral da Taxa independentemente da data do pedido.
	§ 1º O valor da Taxa devido pelos fundos é o somatório dos valores indicados na faixa 5 do Anexo I, de acordo com o patrimônio líquido de cada classe de cota ou, exclusivamente no caso de subdivisão de classe de cota, de cada subdivisão de classe prevista no regulamento do fundo.



Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1072/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 2º O valor da Taxa devido pelos fundos que não apresentem diferentes classes de cotas é aquele indicado na faixa 5 do Anexo I, de acordo com o seu patrimônio líquido.
	§ 3º O valor do patrimônio líquido a que se referem o § 1º e o § 2º será calculado da seguinte forma:
	I - pela média aritmética dos patrimônios líquidos diários apurados no primeiro quadrimestre do ano civil; ou
	II - com base no valor calculado no último dia útil do primeiro quadrimestre do ano para aqueles que não apuraram diariamente o valor de seu patrimônio líquido.
	§ 4º O valor da Taxa devido pelos contribuintes das demais faixas previstas no Anexo I e no Anexo V é indicado:
	I - de acordo com o patrimônio líquido do contribuinte em 31 de dezembro do ano anterior; ou
	II - na hipótese de participante constituído posteriormente, pelo menor valor de taxa previsto na faixa aplicável ao contribuinte.
	§ 5º Nas hipóteses previstas no Anexo II, o recolhimento inicial ocorrerá no prazo de trinta dias, contado da data do registro na CVM.
	§ 6º Nas hipóteses previstas no Anexo III, o valor da Taxa é calculado de acordo com o número de estabelecimentos do contribuinte.
	§ 7º Nas hipóteses previstas no Anexo IV, o valor da Taxa é calculado em função do valor da oferta pública expresso em reais.
	§ 8º Na hipótese de uma mesma pessoa jurídica obter mais de um registro nos termos previstos nos Anexos I, II ou III, será devido o valor da Taxa para cada registro concedido ao contribuinte.
	§ 9º Não haverá sobreposição ou dupla cobrança da Taxa na hipótese de oferta pública de valores mobiliários concomitante ao pedido de registro inicial como emissor de valores mobiliários." (NR)
Art. 5º A Taxa é recolhida:	"Art. 5º A Taxa deve ser recolhida:
I - até o último dia útil do primeiro decêndio dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, nos casos das Tabelas A, B e C;	I - nas hipóteses previstas nos Anexos I, II e III, até o último dia útil do primeiro decêndio do mês de maio de cada ano ^;
	II - nas hipóteses previstas no Anexo IV:
	a) com a protocolização do pedido de registro na CVM, no caso de ofertas públicas sujeitas a registro; ou
	b) com a formalização da oferta pública de valores mobiliários ao mercado, no caso de ofertas dispensadas de registro; e



Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1072/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
II - juntamente com a protocolização do pedido de registro, no caso da Tabela D.	III - na hipótese prevista no Anexo V, com a protocolização do pedido de registro inicial na CVM como participante ou a emissão de ato autorizativo equivalente.
§ 1º A Taxa não recolhida no prazo fixado será atualizada na data do efetivo pagamento, de acordo com o índice de variação da BTN Fiscal, e cobrada com os seguintes acréscimos:	§ 1º A Taxa não recolhida no prazo estabelecido será atualizada na data do efetivo pagamento ^ com os seguintes acréscimos:
a) juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de 1% (um por cento) calculados na forma da legislação aplicável aos tributos federais;	I - juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento ^ e calculados na forma da legislação aplicável aos tributos federais;
b) multa de mora de 20% (vinte por cento), sendo reduzida a 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente àquele em que deveria ter sido paga;	II - multa de mora de ^ vinte por cento ^, ^ reduzida a ^ dez por cento ^ se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente àquele em que deveria ter sido paga; e
c) encargos de 20% (vinte por cento), substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculados sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, que será reduzido para 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.	III - encargos de ^ vinte por cento ^, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado e calculados sobre o total do débito inscrito como dívida ativa, que será reduzido para ^ dez por cento ^ se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.
	§ 3º Serão devidos na integralidade os valores estabelecidos nos Anexos I, II e III pelos contribuintes registrados na CVM por período inferior a trezentos e sessenta e cinco dias no ano de competência do tributo.” (NR)
Art. 6º Os débitos referentes à Taxa, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, poderão ser inscritos como Dívida Ativa pelo valor expresso em BTN ou BTN Fiscal.	“Art. 6º Os débitos referentes à Taxa, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, poderão ser inscritos como dívida ativa com os acréscimos de que trata o art. 5º.” (NR).
Art. 7º Os débitos relativos à Taxa poderão ser parcelados, a juízo do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de acordo com os critérios fixados na legislação tributária.	“Art. 7º Os débitos relativos à Taxa poderão ser parcelados pela ^ CVM, de acordo com os critérios fixados na legislação tributária.” (NR)
	CAPÍTULO IV
	DISPOSIÇÕES FINAIS
Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976	Art. 3º A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 11. A Comissão de Valores Mobiliários poderá impor aos infratores das normas desta Lei, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei de Sociedades por Ações), de suas resoluções e de outras normas legais cujo cumprimento lhe caiba fiscalizar as seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:	“Art.11.



Texto alterado



Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136



Texto revogado



abc

Texto excluído



Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 05/10/2021 22:10)



Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1072/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 12. Da decisão que aplicar a multa prevista no parágrafo anterior caberá recurso voluntário, no prazo de dez dias, ao Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, sem efeito suspensivo.	§ 12. Da decisão que aplicar a multa prevista no § 11 caberá recurso na Comissão de Valores Mobiliários, em última instância e sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, conforme estabelecido em regimento interno.
	Art. 4º A Lei nº 7.940, de 1989, passa a vigorar acrescida dos Anexos I, II, III, IV e V a esta Medida Provisória.
	Art. 5º Ficam revogados:
<u>Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989</u>	I - os seguintes dispositivos da Lei nº 7.940, de 1989:
Art. 3º São contribuintes da Taxa:	a) o parágrafo único do art. 3º;
Parágrafo único. São isentos do pagamento da Taxa os analistas de valores mobiliários não sujeitos a registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	
	b) as alíneas "a", "b" e "c" do § 1º do art. 5º; e
§ 1º A Taxa não recolhida no prazo estabelecido será atualizada na data do efetivo pagamento com os seguintes acréscimos:	
a) juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de 1% (um por cento) calculados na forma da legislação aplicável aos tributos federais;	
b) multa de mora de 20% (vinte por cento), sendo reduzida a 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente àquele em que deveria ter sido paga;	
c) encargos de 20% (vinte por cento), substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculados sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, que será reduzido para 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.	



Texto alterado



Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

Texto revogado



Texto excluído



Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 05/10/2021 22:10)

LEGISLAÇÃO ALTERADA

TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO

Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989

TABELA "A" (Art. 4º, I)

Taxa Progressiva, de Acordo com o Patrimônio Líquido do Contribuinte

Contribuinte	Classe do Patrimônio Líquido em BTN	Valor da Taxa em BTN
Companhias abertas	até 10.000.000	1.500
	de 10.000.001 a 50.000.000	3.000
	acima de 50.000.000	4.000
Sociedades beneficiárias de incentivos fiscais	até 1.000.000	700
	de 1.000.001 a 3.000.000	1.300
	acima de 3.000.000	2.000
Corretoras, bancos de investimento, bolsas de valores e de futuros, distribuidoras e bancos múltiplos com carteira de investimento	até 500.000	1.000
	de 500.001 a 1.500.000	3.000
	acima de 1.500.000	4.000
Fundos mútuos de ações; fundos de conversão, fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários - capital estrangeiro	acima de 5.000.000	9.500

Observações: 1) Patrimônio líquido relativo a 31 de dezembro do ano anterior, convertido em BTN pelo valor em vigor na data;

- 2) O valor da taxa para os Fundos Mútuos de Ações, Fundos de Conversão, Fundos de Investimento e Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários - Capital estrangeiro, cujos patrimônios líquidos sejam inferiores a 5.000.000 BTN será correspondente a 0,1% do respectivo patrimônio líquido.
- 3) Não haverá superposição ou dupla cobrança de Taxas de Fiscalização.

c) as Tabelas A, B, C e D;

Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989

TABELA "B" (Art. 4º, I)

Contribuinte	Valor da Taxa em BTN
Prestadores de serviços de Auditoria independente - Pessoa natural	500
Prestadores de serviços de ações escriturais, de custódia fungível e de emissão de certificados	3.000
Prestadores de serviços de administração de carteira, de consultor de valores mobiliários e em outras atividades correlatas	200
Pessoa natural	400
Pessoa jurídica	

Observação: Não haverá superposição ou dupla cobrança de Taxas de Fiscalização

Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989

TABELA "C" (Art. 4º, I)

Taxa Progressiva, de Acordo com o Número de Estabelecimentos do Contribuinte

Contribuinte	Nº de Estabelecimentos (Sede e filiais)	Valor da Taxa em BTN
Prestadores de serviços de Auditoria independente - Pessoa jurídica	até 2 estabelecimentos	1.000
	3 ou 4 estabelecimentos	2.000
	mais de 4 estabelecimentos	3.000

Observação: Não haverá superposição ou dupla cobrança de Taxas de Fiscalização.

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO												
<p>Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989</p> <p>TABELA "D" (Art. 4º, II) Taxa Estabelecida em Função do Valor do Registro</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo de Operação</th><th>Alíquota</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Registro de emissão de ações para distribuição pública</td><td>0,30</td></tr> <tr> <td>Registro de emissão de debêntures para distribuição pública</td><td>0,30</td></tr> <tr> <td>Registro de emissão de bônus de subscrição para distribuição pública</td><td>0,16</td></tr> <tr> <td>Registro de distribuição secundária</td><td>0,64</td></tr> <tr> <td>Registro de ofertas públicas de compra, venda e permuta de valores mobiliários</td><td>0,64</td></tr> </tbody> </table> <p>Observações: 1) No caso do valor da contribuição, calculada na forma desta Tabela, resultar inferior a duzentos e cinquenta e cinco BTN, prevalecerá este. 2) Os valores apurados na forma desta Tabela estarão limitados ao máximo equivalente a 100.000 BTN, por registro. 3) Não haverá superposição ou dupla cobrança de Taxas de fiscalização.</p>	Tipo de Operação	Alíquota	Registro de emissão de ações para distribuição pública	0,30	Registro de emissão de debêntures para distribuição pública	0,30	Registro de emissão de bônus de subscrição para distribuição pública	0,16	Registro de distribuição secundária	0,64	Registro de ofertas públicas de compra, venda e permuta de valores mobiliários	0,64	
Tipo de Operação	Alíquota												
Registro de emissão de ações para distribuição pública	0,30												
Registro de emissão de debêntures para distribuição pública	0,30												
Registro de emissão de bônus de subscrição para distribuição pública	0,16												
Registro de distribuição secundária	0,64												
Registro de ofertas públicas de compra, venda e permuta de valores mobiliários	0,64												
<p>Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991</p> <p>Art. 20. O rendimento produzido por aplicação financeira de renda fixa iniciada a partir de 1º de janeiro de 1992, auferido por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte às alíquotas seguintes:</p> <p>.....</p> <p>§ 6º Fica incluída na tabela "D" a que se refere o art. 4º, inciso II, da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, sujeita à alíquota de até 0,64% (sessenta e quatro centésimos por cento), a operação de registro de emissão de outros valores mobiliários.</p>	<p>II - o § 6º do art. 20 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991;</p>												
<p>Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997</p> <p>Art. 2º Os arts. 9º, 11, 15, 17, 21 e 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>.....</p> <p>"Art. 11.</p> <p>§ 12. Da decisão que aplicar a multa prevista no parágrafo anterior caberá recurso voluntário, no prazo de dez dias, ao Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, sem efeito suspensivo."</p>	<p>III - o art. 2º da Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997, na parte em que inclui o § 12 ao art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976;</p>												
<p>Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004</p> <p>Art. 52. É devida pelos fundos de investimento regulados e fiscalizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, independentemente dos ativos que componham sua carteira, a Taxa de Fiscalização instituída pela Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, segundo os valores constantes dos Anexos I e II desta Lei.</p> <p>§ 1º Na hipótese do caput deste artigo:</p>	<p>IV - o art. 52 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004;</p>												



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1072/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO				
I - a Taxa de Fiscalização será apurada e paga trimestralmente, com base na média diária do patrimônio líquido referente ao trimestre imediatamente anterior;					
II - a Taxa de Fiscalização será recolhida até o último dia útil do 1º (primeiro) decêndio dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, observado o disposto no inciso I deste parágrafo.					
§ 2º Os fundos de investimento que, com base na regulamentação aplicável vigente, não apurem o valor médio diário de seu patrimônio líquido, recolherão a taxa de que trata o caput deste artigo com base no patrimônio líquido apurado no último dia do trimestre imediatamente anterior ao do pagamento.					
Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009	V - o art. 12 da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009 ; e				
Art. 12. Ficam incluídas na Tabela D a que se refere o inciso II do caput do art. 4º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989 , sujeitas à alíquota de 0,05% (cinco centésimos por cento), as operações de registro de distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e de Certificados de Recebíveis Imobiliários, da seguinte forma:					
“Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989					
TABELA “D” (Art. 4º, II)					
Taxa Estabelecida em Função do Valor do Registro					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo de Operação</th><th>Alíquota</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Registro de distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e de Certificados de Recebíveis Imobiliários</td><td>0,05</td></tr> </tbody> </table>	Tipo de Operação	Alíquota	Registro de distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e de Certificados de Recebíveis Imobiliários	0,05	
Tipo de Operação	Alíquota				
Registro de distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e de Certificados de Recebíveis Imobiliários	0,05				
Lei nº 12.249, de 11 de maio de 2010	VI - o art. 82 da Lei nº 12.249, de 11 de maio de 2010 .				
Art. 82. O art. 3º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989 , passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:					
“Art. 3º					
Parágrafo único. São isentos do pagamento da Taxa os analistas de valores mobiliários não sujeitos a registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.” (NR)					
	Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022.				



Texto alterado



Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

Texto revogado



Texto excluído



Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 05/10/2021 22:10)

ANEXO I

(Anexo I à [Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989](#))

FAIXA	CONTRIBUINTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$)		TAXA (R\$)
1	Companhias abertas, companhias estrangeiras e companhias securitizadoras	Até	R\$ 4.000.000,00	R\$ 15.715,61
		De R\$ 4.000.000,01 a	R\$ 450.000.000,00	R\$ 19.283,31
		De R\$ 450.000.000,01 a	R\$ 2.000.000.000,00	R\$ 23.927,48
		De R\$ 2.000.000.000,01 a	R\$ 80.000.000.000,00	R\$ 84.866,81
		Acima de	R\$ 80.000.000.000,00	R\$ 559.814,88
2	Sociedades beneficiárias de incentivos fiscais	Até	R\$ 5.000.000,00	R\$ 700,00
		De R\$ 5.000.000,01 a	R\$ 60.000.000,00	R\$ 1.400,00
		De R\$ 60.000.000,01 a	R\$ 180.000.000,00	R\$ 4.177,10
		De R\$ 180.000.000,01 a	R\$ 400.000.000,00	R\$ 18.592,64
		Acima de	R\$ 400.000.000,00	R\$ 112.795,40
3	Pessoas naturais e jurídicas que integram o Sistema de Distribuição de Valores Mobiliários	Até	R\$ 11.000.000,00	R\$ 3.759,06
		De R\$ 11.000.000,01 a	R\$ 70.000.000,00	R\$ 7.518,11
		De R\$ 70.000.000,01 a	R\$ 700.000.000,00	R\$ 22.431,42
		De R\$ 700.000.000,01 a	R\$ 30.000.000.000,00	R\$ 97.097,71
		Acima de	R\$ 30.000.000.000,00	R\$ 530.880,38
4	Carteiras de títulos e valores mobiliários - capital estrangeiro (Investidores não residentes)	Até	R\$ 11.000.000,00	R\$ 40.193,15
		De R\$ 11.000.000,01 a	R\$ 86.000.000,00	R\$ 74.508,59
		De R\$ 86.000.000,01 a	R\$ 580.000.000,00	R\$ 89.410,38
		De R\$ 580.000.000,01 a	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 134.960,94
		Acima de	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 600.000,00
5	Fundos de investimento	Até	R\$ 5.031.489,20	R\$ 3.162,29
		De R\$ 5.031.489,21 a	R\$ 10.062.978,40	R\$ 4.743,42
		De R\$ 10.062.978,41 a	R\$ 20.125.956,80	R\$ 7.115,15
		De R\$ 20.125.956,81 a	R\$ 40.251.913,60	R\$ 9.486,88
		De R\$ 40.251.913,61 a	R\$ 80.503.827,20	R\$ 12.649,14
		De R\$ 80.503.827,21 a	R\$ 161.007.654,40	R\$ 20.238,66
		De R\$ 161.007.654,41 a	R\$ 322.015.308,80	R\$ 30.357,96
		De R\$ 322.015.308,81 a	R\$ 644.030.617,60	R\$ 40.477,29
		De R\$ 644.030.617,61 a	R\$ 1.288.061.215,20	R\$ 50.596,62
		Acima de	R\$ 1.288.061.215,20	R\$ 56.921,21
6	Mercados organizados de valores mobiliários, centrais depositárias de valores mobiliários e demais instituições operadoras de infraestruturas de mercado	Até	R\$ 4.000.000,00	R\$ 1.124,19
		De R\$ 4.000.000,01 a	R\$ 28.000.000,00	R\$ 2.248,38
		De R\$ 28.000.000,01 a	R\$ 250.000.000,00	R\$ 9.753,99
		De R\$ 250.000.000,01 a	R\$ 1.300.000.000,00	R\$ 65.123,73
		Acima de	R\$ 1.300.000.000,00	R\$ 600.000,00
7	Plataformas eletrônicas de investimentos coletivos e pessoas jurídicas autorizadas a participar de ambiente regulatório experimental	Até	R\$ 50.000,00	R\$ 530,00
		De R\$ 50.000,01 a	R\$ 75.000,00	R\$ 536,40
		De R\$ 75.000,01 a	R\$ 100.000,00	R\$ 542,78
		De R\$ 100.000,01 a	R\$ 500.000,00	R\$ 549,19
		Acima de	R\$ 500.000,00	R\$ 555,59

1. Aplica-se a todos os tipos de fundos de investimento com registro na CVM, incluídos FIC, FDIC, FII e FIP.
2. O patrimônio líquido e a respectiva Taxa são atribuíveis a cada classe de cota ou, exclusivamente no caso de subdivisão de classe de cota, de cada uma de suas subdivisões, nos termos do regulamento do fundo de investimento.
3. Na apuração do valor anual devido de Taxa, cada fundo de investimento, como contribuinte, deverá somar todos os valores de Taxa de Fiscalização atribuídos a cada classe de cota ou, exclusivamente no caso de subdivisão de classe de cota, aplicável a cada subdivisão de classe, nos termos de seu regulamento.
4. Na hipótese de uma mesma pessoa jurídica obter mais de um registro nos termos previstos nos Anexos I, II ou III, será devido o valor da Taxa de Fiscalização para cada registro concedido ao contribuinte.

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 05/10/2021 22:10)

ANEXO II(Anexo II à [Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989](#))

FAIXA	CONTRIBUINTE	TAXA (R\$)
1	Prestadores de serviços de auditoria independente - pessoa natural	R\$ 6.346,32
2	Prestadores de serviços de ações escriturais, prestadores de serviço de custódia fungível e de emissores de certificados de depósito de valores mobiliários	R\$ 38.077,72
3	Consultores de valores mobiliários - pessoa natural, prestadores de serviços de administração de carteira - pessoa natural, agentes autônomos - pessoa natural e analistas de valores mobiliários - pessoa natural	R\$ 530,00
4	Consultores valores mobiliários - pessoa jurídica, agentes autônomos - pessoa jurídica e analistas de valores mobiliários - pessoa jurídica	R\$ 2.538,50
5	Prestadores de serviços de administração de carteira - pessoa jurídica, agências de classificação de risco e agentes fiduciários	R\$ 9.519,43

1. Na hipótese de uma mesma pessoa jurídica obter mais de um registro nos termos previstos nos Anexos I, II ou III, será devido o valor da Taxa de Fiscalização para cada registro concedido ao contribuinte.

ANEXO III(Anexo III à [Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989](#))

FAIXA	CONTRIBUINTE	ESTABELECIMENTOS: SEDE E FILIAL (QTD.)	TAXA (R\$)
1	Prestadores de serviços de auditoria independente - pessoa jurídica	Até 2 estabelecimentos	R\$ 12.692,56
		3 ou 4 estabelecimentos	R\$ 25.385,12
		Mais de 4 estabelecimentos	R\$ 38.077,72

1. Na hipótese de uma mesma pessoa jurídica obter mais de um registro nos termos previstos nos Anexos I, II ou III, será devido o valor da Taxa de Fiscalização para cada registro concedido ao contribuinte.

ANEXO IV(Anexo IV à [Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989](#))

	ALÍQUOTA INCIDENTE SOBRE O VALOR DA OFERTA	VALOR MÍNIMO DA TAXA INCIDENTE SOBRE A OFERTA (R\$)
Oferta pública de valores mobiliários	0,03%	R\$ 809,16

1. Prevalecerá o valor mínimo de R\$ 809,16 na hipótese de a aplicação da alíquota de 0,03% sobre o valor da oferta ser inferior.
 2. Não haverá sobreposição ou dupla cobrança de Taxa de Fiscalização na hipótese de oferta concomitante ao pedido de registro inicial como emissor de valores mobiliários.

ANEXO V(Anexo V à [Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989](#))

	VALOR DA TAXA (%)
Pedidos de registro inicial na CVM como participante do mercado de valores mobiliários	25% do valor da taxa anual aplicável a partir dos critérios de enquadramento previstos nos Anexos I, II ou III

- Se concedido o registro inicial como participante do mercado de valores mobiliários, ou emitido ato autorizativo equivalente, será devido integralmente no ano dessa concessão o valor aplicável ao novo participante previsto nos Anexos I, II e III.

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136



Texto alterado



Texto revogado



Texto excluído



Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 05/10/2021 22:10)